

Nota Breve 25/03/2020

Portugal · COVID-19 “ensombra” o primeiro excedente orçamental em democracia

Resumo

- O saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas (AP) situou-se em +0.2% do PIB em 2019, o que compara com um saldo de -0.4% do PIB em 2018.
- Por componentes, destacamos:
 - **Receita fiscal e contributiva**, que aumentou 3.8% em comparação com 2018 (um aumento de 2,884 milhões de euros).
 - **Juros**, com uma queda de 7.5%, ou seja, -519 milhões de euros.
 - **Despesas com pessoal e prestações sociais**, com um aumento de 4.4% e 4.3%, respetivamente (+2,549 milhões de euros).
- **Apesar do ponto de partida positivo, os impactos do COVID-19 nas contas públicas serão significativos.** As contas públicas partem para 2020 com uma margem de 578 milhões de euros, que resulta da diferença entre o que o Executivo estimava para 2019 e o que se veio a verificar; no entanto, considerando as medidas propostas até ao momento pelo Governo para o combate ao COVID (e o seu eventual reforço no futuro) e os impactos económicos adversos decorrentes da epidemia, antecipamos que **o saldo orçamental volte a terreno negativo em 2020, aproximando-se dos 5% do PIB**. Ao mesmo tempo, é de realçar que a **nossa atual projeção incorpora elevada incerteza**, dependendo os pressupostos de base da duração das medidas de contenção, do grau de eficácia das medidas de suporte que vêm sendo anunciadas e do grau de contágio dos mercados financeiros.

Avaliação

- **As contas públicas em 2019 atingiram um excedente pela primeira vez em democracia.** Assim, o saldo orçamental, publicado na ótica da contabilidade nacional, foi de 403.9 milhões de euros, uma melhoria de 1,307.9 milhões de euros face a 2018. Deste modo, **o saldo fixou-se em +0.2% do PIB** (-0.4% em 2018). A melhoria face ao observado em 2018 (défice de 904 milhões de euros) deveu-se a um crescimento das receitas (3.8% homólogo) superior ao das despesas (2.3%).
- **O crescimento da receita deveu-se, maioritariamente, à evolução da receita fiscal e contributiva** (+3.8% homólogo); de facto, esta rubrica explica 87% do aumento da receita em 2019. O bom desempenho da economia terá contribuído para esta variação, nomeadamente o crescimento do consumo privado (2.3% face à estimativa do Governo de 2.2%), a par do crescimento do emprego (+1.0%).
- **O aumento da despesa explica-se, em grande medida, pelas despesas com pessoal e prestações sociais.** No conjunto, estas duas rubricas registaram um aumento de 2,549 milhões de euros face a 2018 (1.2% do PIB), em linha com a estimativa do Governo. Ao mesmo tempo, a poupança com juros também teve um efeito positivo na execução orçamental de 2019 (-519 milhões de euros, o equivalente a 0.2% do PIB), refletindo o contexto de condições financeiras acomodáticas, o crescimento robusto da economia e a avaliação positiva das agências de *rating*. O investimento, apesar de ter aumentado 4.7% face a 2018, ficou abaixo da recente estimativa do Executivo (em 165 milhões de euros) e mais ainda face ao Orçamento de Estado para 2019 (poupança de 850 milhões de euros).
- **A execução das contas públicas em 2019 seria um ponto de partida positivo para a execução de 2020.** Antes da divulgação do saldo orçamental em 2019 e da proliferação do COVID-19, a nossa previsão era de um ligeiro défice de 0.1% do PIB para este ano. A divulgação dos dados sobre os agregados das

Administrações Públicas levar-nos-ia, muito provavelmente, a rever esta estimativa e, mantendo-se tudo o resto constante, a nossa projeção seria de um saldo orçamental equilibrado em 2020 (o Governo estima um excedente para 2020 de 0.2% do PIB¹). No entanto, **o cenário macroeconómico alterou-se consideravelmente com o aparecimento e proliferação do COVID-19, que terá impactos significativos e incertos não só na economia como também nas finanças públicas.**

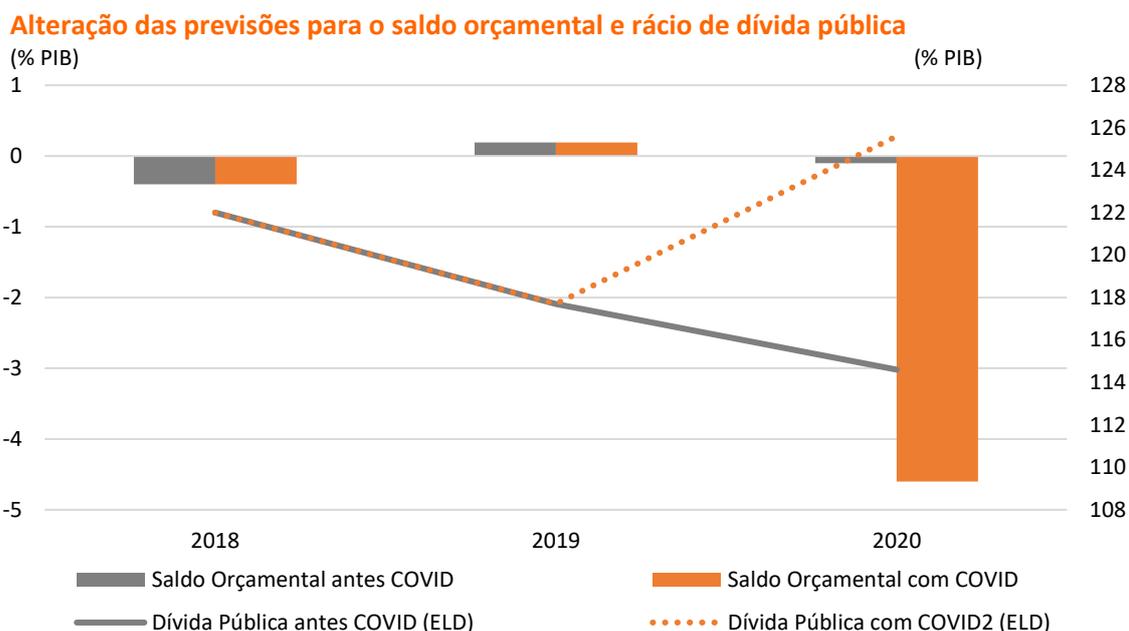
- Assim, considerando as medidas tomadas pelo Governo até ao momento, **projetamos uma deterioração do saldo orçamental para níveis próximos de -5% do PIB para este ano, com o rácio de dívida pública a aumentar para níveis semelhantes aos de 2017 (126% do PIB).** Ainda assim, e tal como acontece nas outras dimensões da economia, esta previsão reveste-se de elevada incerteza e pode ser objeto de revisão, dependente do eventual anúncio de novas medidas orçamentais de apoio às famílias e empresas e da eventual reavaliação do cenário macroeconómico ou da alteração das condições financeiras internacionais.

Receitas e Despesas do Sector das Administrações Públicas

<i>(dados acumulados no ano)</i>	2018		2019		Variação em valor (%)
	milhões EUR	% PIB	milhões EUR	% PIB	
Receitas Totais	87,695	42.9%	91,008	42.9%	3.8%
Receita Fiscal	51,637	25.3%	53,013	25.0%	2.7%
Impostos sobre o rendimento e património	20,681	10.1%	20,865	9.8%	0.9%
Impostos sobre a produção e importação	30,956	15.2%	32,148	15.1%	3.9%
Contribuições Sociais	23,835	11.7%	25,342	11.9%	6.3%
Receita de capital	829	0.4%	749	0.4%	-9.6%
Despesas Totais	88,599	43.4%	90,604	42.7%	2.3%
Prestações sociais	37,099	18.2%	38,684	18.2%	4.3%
Despesas com pessoal	21,835	10.7%	22,799	10.7%	4.4%
Juros	6,898	3.4%	6,379	3.0%	-7.5%
Consumo intermédio	11,067	5.4%	10,991	5.2%	-0.7%
Investimento	3,824	1.9%	4,003	1.9%	4.7%
Outra despesa de capital	2,478	1.2%	2,109	1.0%	-14.9%
Saldo Total	-904	-0.4%	404	0.2%	-
Saldo Primário	5,994	2.9%	6,783	3.2%	-

Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

¹ De acordo com o Orçamento de Estado 2020.



Vânia Duarte, BPI Research, e-mail: deef@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.